Imprensa Oficial
da Estância de Atibaia

Quarta-feira, 24 de outubro de 2012 - nº 1437 - Ano XVI www.atibaia.sp.gov.br

esta edição tem 10 páginas

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITAMENTOS

PROCESSO Nº 20.526/12 – TOMADA DE PREÇOS Nº 022/12 – 1º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 172/12 - CONTRATANTE: Prefeitura da Estância de Atibaia. - CONTRATADA: CONSTRUOMEGA EIRELI EPP - OBJETO: Aditamento ao Contrato Administrativo Nº 172/12 no importe de importe de 1,43503599374022% (um virgula quatro três cinco zero três cinco nove nove três sete quatro zero dois dois por cento) e modificação dos serviços constantes da planilha de custos – VALOR: R$ 2.292,47 (Dois mil, duzentos e noventa e dois reais e quarenta e sete centavos) – ASSINATURA: 05/10/12. **PROCESSO Nº 25.674/12 – TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 183/12 -** CONTRATANTE: Prefeitura da Estância de Atibaia - CONTRATADA: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal - OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados em estudos, pesquisas e consultoria referente à área de administração – VALOR: R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais) – VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. – ASSINATURA: 28/09/12. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS, 23 de outubro de 2012. Dinalva Ferreira Pedroso da Silva – Diretora do Departamento de Suprimentos.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

EMPRESA COM REGISTRO CADASTRAL APROVADO - PROCESSSO N.º: 34.010/2012 - **ASSUNTO:** INSCRIÇÃO CADASTRAL N.° 3955 - **INTERESSADO: SINDATA TECNOLOGIA E SISTEMAS DE TRÂNSITO LTDA - JULGAMENTO:** ATA N.º 158/12 de 22/10/2012 - Departamento de Suprimentos, aos 22 dias do mês de outubro de 2012 - Dinalva Ferreira Pedroso da Silva. Diretora do Departamento de Suprimentos.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

EMPRESA COM REGISTRO CADASTRAL INDEFERIDO POR NÃO APRESENTAR OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS À SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS DO ART. 27 DA LEI FEDERAL 8.666/93. PROCESSSO: N.º 30.710/2012 - **ASSUNTO:** INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE FORNECEDORES - **INTERESSADO: WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - JULGAMENTO:** ATA n.º 155/12 de 18/10//2012. - Atibaia, aos 18 dias do mês de outubro de 2.012 - Dinalva Ferreira Pedroso da Silva - Diretora do Departamento de Suprimentos

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28.667/12 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/12 - INTERESSADO: Secretaria de Saúde. **OBJETO**: Aquisição de materiais hospitalares (equipamentos médicos), para o uso da Secretaria Municipal de Saúde. **HOMOLOGAÇÃO** - Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, e ao disposto no art. 43, Inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93, e em especial a manifestação da Sra. Pregoeira, que acato na íntegra, **HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico n.º 121/12, referente ao objeto em epígrafe, com os respectivos valores unitários entre parênteses para os itens indicados, ofertados pelas empresas adjudicatárias abaixo: BIO LÓGICA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP, o lote 01 (R$ 6.450,00), perfazendo o valor total de R$ 19.350,00 (dezenove mil, trezentos e cinquenta reais). K. C. R. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, o lote 02 (R$ 975,00), perfazendo o valor total de R$ 4.875,00 (quatro mil, oitocentos e setenta e cinco reais). COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA, os lotes: 03 (R$ 775,00), 04 (R$ 490,00) e 07 (R$ 2.760,00), perfazendo o valor total de R$ 17.365,00 (dezessete mil, trezentos e sessenta e cinco reais). VIBEL COMERCIAL LTDA, os lotes: 05 (R$ 1.285,00) e 06 (R$ 360,00), perfazendo o valor total de R$ 8.225,00 (oito mil, duzentos e vinte e cinco reais). A. B. DALFRÉ ME, os lotes: 08 (R$ 9,38) e 09 (R$ 33,00), perfazendo o valor total de R$ 1.294,00 (hum mil, duzentos e noventa e quatro reais). Publique-se na forma da lei. Encaminhe-se ao Departamento de Suprimentos, para registro da homologação, publicação, registro no sistema de licitações, emissão das Autorizações de Fornecimento e demais anotações legais. **PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, PALÁCIO "JERÔNIMO DE CAMARGO"**, aos 17 dias do mês de outubro de 2012. **JOSÉ BERNARDO DENIG - Prefeito Municipal. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS**, 23 de outubro de 2.012. Dinalva Ferreira Pedroso da Silva – Diretora do Departamento de Suprimentos.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29.036/12 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/12 - INTERESSADO: Secretarias Diversas. **OBJETO:** Registro de preços para eventual aquisição de tintas imobiliárias, destinadas ao uso de diversos Setores desta Prefeitura, com entregas parceladas, por um período de 12 (doze) meses. **HOMOLOGAÇÃO** - Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, e ao disposto no art. 43, Inciso VI da Lei Federal Nº 8.666/93, e em especial a manifestação da Sra. Pregoeira, que acato na íntegra, **HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico Nº 122/12, referente ao objeto em epígrafe, com os respectivos valores unitários entre parênteses para os itens indicados, ofertados pela empresa adjudicatária abaixo: FABIO PEREIRA DE CARVALHO ME., os lotes: 01 (R$ 45,00); 02 (R$ 80,00) e 03 (R$ 60,00). Publique-se na forma da lei. Encaminhe-se: 1 – À Divisão de Licitações, para registro da homologação, publicação, registro no Sistema de Licitações, emissão da Ata de Registro de Preços e demais anotações legais. 2 – À Divisão de Cotação e Compras, para controle e emissão das Autorizações de Fornecimento; 3 – Às Secretarias Interessadas, para as demais providências, devendo emitir as solicitações à Divisão de Cotação e Compras e autorização das respectivas despesas. **PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, PALÁCIO "JERÔNIMO DE CAMARGO"**, aos 17 dias do mês de outubro de 2012. **JOSÉ BERNARDO DENIG - Prefeito Municipal. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS**, 23 de outubro de 2.012. Dinalva Ferreira Pedroso da Silva – Diretora do Departamento de Suprimentos.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29.334/12 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 123/12 - INTERESSADO: Secretarias Diversas. **OBJETO:** Registro de preços para eventual aquisição de móveis, destinados ao uso das diversas Secretarias desta Prefeitura, com entregas parceladas, por um período de 12 (doze) meses. **HOMOLOGAÇÃO** - Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, e ao disposto no art. 43, Inciso VI da Lei Federal Nº 8.666/93, e em especial a manifestação da Sra. Pregoeira, que acato na íntegra, **HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico Nº 123/12, referente ao objeto em epígrafe, com os respectivos valores totais e unitários (entre parênteses) para os itens indicados, ofertados pelas empresas adjudicatárias abaixo: MOVETEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA EPP, o lote 01 no valor total estimado de R$ 99.990,00 (noventa e nove mil, novecentos e noventa reais), sendo os valores unitários de: 01 (R$ 409,50); 02 (R$ 351,00) e 03 (R$ 239,40) - NEIDE FERNANDES MACÁRIO, o lote 02 no valor total estimado de R$ 115.890,00 (cento e quinze mil, oitocentos e noventa reais), sendo os valores unitários de: 01 (R$ 265,00); 02 (R$ 115,20); 03 (R$ 54,25) e 04 (R$ 290,00). ANDRESSA PANINI ALBISSU EPP, os lotes: 03 no valor total estimado de R$ 236.999,00 (duzentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa e nove reais), sendo os valores unitários de: 01 (R$ 260,00); 02 (R$ 265,00); 03 (R$ 240,00); 04 (R$ 240,00); 05 (R$ 280,00); 06 (R$ 290,00); 07 (R$ 290,00); 08 (R$ 160,00); 09 (R$ 144,99) e 10 (R$ 200,00). 04 no valor total estimado de R$ 91.845,00 (noventa e um mil, oitocentos e quarenta e cinco reais), sendo os valores unitários de: 01 (R$ 306,15); 02 (R$ 306,15) e 03 (R$ 306,15). 06 no valor total estimado de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) sendo os valores unitários de: 01 (R$ 320,00); 02 (R$ 240,00); 03 (R$ 180,00); 04 (R$ 200,00); 05 (R$ 150,00) e 06 (R$ 110,00). M DO C M OLIVEIRA MÓVEIS ME, o lote 05 no valor total estimado de R$ 31.040,00 (trinta e um mil, quarenta reais), sendo os valores unitários de: 01 (R$ 140,20) e 02 (R$ 170,20). Publique-se na forma da lei. Encaminhe-se: 1. À Divisão de Licitações, para registro da homologação, publicação, registro no Sistema de Licitações, emissão da Ata de Registro de Preços e demais anotações legais. 2. À Divisão de Cotação e Compras, para controle e emissão das Autorizações de Fornecimento; 3. Às Secretarias interessadas, para as demais providências, devendo emitir as solicitações à Divisão de Cotação e Compras e autorização das respectivas despesas. **PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, PALÁCIO "JERÔNIMO DE CAMARGO"**, aos 18 dias do mês de outubro de 2012. **JOSÉ BERNARDO DENIG - Prefeito Municipal. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS**, 23 de outubro de 2.012. Dinalva Ferreira Pedroso da Silva – Diretora do Departamento de Suprimentos.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29.045/2012 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2012 - INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação - **OBJETO**: Registro de preços para eventual aquisição de hortifrutigranjeiros, destinados ao uso da Divisão de Alimentação e Nutrição da Secretaria Municipal de Educação, com entregas parceladas por um período de 12 (doze) meses - **HOMOLOGAÇÃO** - Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, e ao disposto no art. 43, Inciso VI da Lei Federal Nº 8.666/93, e em especial a manifestação do Sr. Pregoeiro (fls 160/164), que acato na íntegra, **HOMOLOGO** o Pregão Presencial Nº 075/12, referente ao objeto em epígrafe, com o respectivo valor para o lote indicado, ofertado pela empresa adjudicatária abaixo: ARMAZEM 972 – IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA ME, para o lote 01 com o percentual de acréscimo de 34% sobre o valor maior da tabela do CEAGESP. Publique-se na forma da lei. Encaminhe-se: 1. À Divisão de Licitações, para registro da homologação, publicação, lavratura da Ata de Registro de Preços, registro no sistema de licitações e demais anotações legais; 2. Ao Setor de Cotação e Compras, para controle e emissão das Autorizações de Fornecimento; 3. À Secretaria de Educação, para as demais providências, devendo emitir as solicitações ao Setor de Cotação e Compras e autorização das respectivas despesas. **PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, PALÁCIO "JERÔNIMO DE CAMARGO"**, aos 17 dias do mês de outubro de 2012 - **JOSÉ BERNARDO DENIG - Prefeito municipal**. **DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, 22 de outubro de 2.012. Dinalva Ferreira Pedroso da Silva – Diretora do Departamento de Suprimentos.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 30.483/12 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 076/12 - INTERESSADO: Secretaria Diversas - Objeto: Registro de preços para eventual prestação de serviços de locação de ônibus rodoviário (com toilette) para viagens intermunicipais dentro do município do estado, destinados a diversas secretarias desta Prefeitura, de forma parcelada, por um período de 12meses - **HOMOLOGAÇÃO** - Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, e ao disposto no art. 43, Inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93, e em especial a manifestação da Sra. Pregoeira, que acato na íntegra, **HOMOLOGO** o Pregão Presencial Nº 076/12, referente ao objeto em epígrafe, ofertado pela empresa adjudicatária conforme abaixo: MAX TOUR FRETAMENTOS E TURISMO LTDA EPP. Lote 01: Valor unitário por viagem até 150km:R$ 525,00 Valor unitário por km excedente: R$ 5,00; Lote 02: Valor unitário por viagem até 150km: R$ 734,00 Valor unitário por km excedente: R$ 6,00; Lote 03: Valor unitário por viagem até 150km: R$ 690,00 Valor unitário por km excedente: R$ 5,00. Publique-se na forma da lei. Encaminhe-se: 1. À Divisão de Licitações, para registro da homologação, publicação, registro no Sistema de Licitações, emissão da Ata de Registro de Preços e demais anotações legais. 2. À Divisão de Cotação e Compras, para controle e emissão das Autorizações de Fornecimento. 3. Às Secretarias interessadas, para as demais providências, devendo emitir as solicitações à Divisão de Cotação e Compras e autorização das respectivas despesas. **PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, PALÁCIO "JERÔNIMO DE CAMARGO"**, aos 16 dias do mês de outubro de 2012. **JOSÉ BERNARDO DENIG - Prefeito Municipal**. **DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, 22 de outubro de 2.012. Dinalva Ferreira Pedroso da Silva – Diretora do Departamento de Suprimentos.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

PROCESSO Nº 29.202/12. PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/12. OBJETO: Aquisição de 01 (hum) veículo 0KM, popular, modelo 2012, destinado a Premiação de Bons Pagadores, nos termos da L.C. 454/2005. A Secretaria de Administração no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que de acordo com a Ata Nº 331/12, decide em esclarecer dúvida suscitada por empresa interessada na presente licitação. Notificamos aos interessados que a Ata está disponível no site www.atibaia.sp.gov.br. **DEMAIS INFORMAÇÕES:** Departamento de Suprimentos, Rua Bruno Sargiani, 100 - Vila Rica - Fone/Fax: 11 4414-2210. **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - ATIBAIA/SP**, 22 de outubro de 2.012 - Dinalva Ferreira Pedroso da Silva – Diretora do Departamento de Suprimentos

Ata Audiência Pública realizada em 11 de outubro de 2012 no Fórum Cidadania para discussão de projeto de Implantação de

Poder Executivo

Loteamento na Estrada Municipal Hisaishi Takebayashi – Bairro Rio Abaixo – Processo 14.022/12.

David Boal - Meu nome é David Boal, acho que todos me conhecem. O engenheiro Cid Granado está fazendo uma observação a respeito da data desta audiência. Na verdade, quem marcou a data fui eu, então me sinto responsável em colocar essa questão para aprovação ou desaprovação de vocês. Realmente, nós já estamos 20 minutos adiantados do horário da audiência, que havia sido marcada para 18h. Acredito que não venham munícipes daquela região onde esse empreendimento será feito, se for implantado na região do bairro da Usina, pois não estou vendo ninguém aqui dessa região. Não é comum fazer isso em audiência pública, até porque audiência é consultiva, não é deliberativa; normalmente não colocamos em votação. Diante desta situação, tenho a prerrogativa de fazer isso; colocar em votação, se acham que deve-se marcar uma nova data ou fazer hoje mesmo. Peço para que quem acha que deve ser feito em uma outra data, com a possibilidade de ter mais gente – isso sem custo algum para os empreendedores, uma vez que uma audiência pública tem um custo de mil e quinhentos reais para os empreendedores; em nome da Administração eu posso afiançar que, caso a tese de uma nova data prevaleça, não será cobrada nenhuma outra taxa dos empreendedores. Coloco em votação: as pessoas que acharem que deve ser hoje, levante a mão; quem acha que não deve ser hoje, mantenha a mão abaixada.

Realiza-se a votação, entre os presentes munícipes, para manter ou alterar o dia da audiência pública.

As pessoas que deveriam ter o interesse em discutir, acredito que se realmente tivessem o interesse, teriam vindo. Uma vez que foi até votado, vamos fazer a audiência ainda hoje.
Preciso lembrar que as audiências seguem o regramento estabelecido pela Lei n. 3.190. de 27 de Setembro de 2001 e tem o seguintes objetivos: recolher subsídios ou informações para o processo de tomada de decisões no âmbito do Poder Executivo ou do Poder Legislativo; proporcionar ao cidadãos oportunidade de encaminhar seus pleitos, sugestões e opiniões; identificar de forma mais ampla os aspectos relevantes da matéria objeto de audiência pública; e dar publicidade a um assunto de interesse público que estará sendo objeto de análise pelo governo municipal. Todos os depoimentos serão registrados de forma a preservar a integralidade do conteúdo e seu máximo aproveitamento, como subsídio ao aprimoramento da decisão a ser tomada e dessa audiência será lavrada ATA, que será publicada ainda neste mês.
Ao meu lado, José Roberto Prado Jr., engenheiro e secretário adjunto da Secretaria de Urbanismo, que fará as considerações por parte da Administração.

José Roberto Prado Jr. (SUMA) - Boa noite a todos. É importante a data de hoje, para a apresentação do projeto e para levar ao conhecimento dos que vieram o que pretende ser implantado, como David colocou, a audiência não é deliberativa, é consultiva, para trazer a público o conteúdo do projeto. A gente que participem, para esclarecimento de quaisquer dúvidas que possam vir a somar ao projeto.

David Boal – Eu gostaria de lembrar que o edital desta audiência pública foi publicado seis vezes no Jornal Imprensa Oficial; nós disparamos um *mailing* da Prefeitura, tanto interno quanto externo, que provavelmente deva chegar a umas 10.000 (dez mil) pessoas; colocamos carro de som para rodar na região da Usina; estendemos seis faixas por toda a cidade, incluindo no bairro da Usina etc. Se as pessoas não vieram, não foi por falta de comunicação. Não tenho dúvida de que as pessoas estão sabendo que hoje está havendo uma audiência pública para discutir a implantação desse loteamento. Passo a palavra, antes de iniciar, para o engenheiro Cid, que representa um órgão do estado muito importante, para tecer as considerações dele a respeito disso.

Cid Granado – Ao que eu chamo atenção, David, como já falei, por ser uma data que antecede um feriado, mesmo que as pessoas tenham tomado conhecimento, têm compromissos ou viagem. A própria proximidade ao feriado é algo que deixa a data em uma condição de desinteresse por causa do evento do dia seguinte. Isso desvia o foco da atenção do compromisso com relação à audiência pública.

David Boal – Cid, eu entendo. Acho até que acabou tendo um esvaziamento, em parte, por causa disso, mas nós não podemos deixar de fazer isso. Sexta-feira nós temos trabalho normal, embora Sábado as pessoas descansem. Se a gente partir desse princípio, deixaremos de fazer qualquer coisa às sextas-feiras e vésperas de feriado, mas a Prefeitura não pode se dar a esse luxo.

Pedro – morador do bairro – Meu nome é Pedro, sou morador e faço parte da diretoria do Shambala I. Minha pergunta é a seguinte: Esse loteamento, com a aprovação, criaria alguma jurisprudência para outros loteamentos da cidade, ou é específico?

David Boal – Antes de mais nada, vamos esperar o Luiz Malpighi fazer a apresentação do projeto do empreendimento. As audiências públicas não têm essa função, ou seja, não é deliberativa. Mesmo se houver um entendimento de aprovação ou desaprovação do empreendimento, o órgão que vai analisar o projeto não está condicionado a isso. Então a questão de jurisprudência realmente não vai acontecer.

Pedro – morador do bairro – Pergunto porque o sr. Domingos, na última que teve, sobre aprovação dos loteamentos irregulares, foi bem claro. Nós temos muitos assuntos pendentes aqui ainda, por conta do antigo procurador que tinha na cidade: proibição de cancela, de portaria... A gente é convocado, mas sempre para um assunto novo. O assunto principal, que resolveria 90% dos problemas da cidade nunca é colocado aqui. É isso o que me preocupa.

David Boal - Podemos, futuramente, voltar a discutir essa questão, sem qualquer problema. Mas hoje, essa audiência trata-se especificamente da apresentação do projeto de implantação desse loteamento ao lado do Shambala III. Sr. Luiz, por gentileza, pode iniciar a apresentação.

Luiz Malpighi – Boa noite a todos, meu nome é Luiz Carlos Malpighi. Essa é uma propriedade do Haras Atibaiense Agropastoril; é uma área que fica na antiga estrada Atibaia – Jarinú (Estrada Municipal Hisaichi Takebayashi). Essa área tem algumas vantagens: não tem área verde; não tem interferência de água. Será feito dentro do que prevê a Lei n. 6.766. Serão cumpridas todas as exigências, tanto no âmbito municipal, como no estadual. Vocês acompanharão o projeto. Aqui temos o arquiteto, Dr. André, que detalhará a parte técnica. É algo muito bonito, levando em conta que se prezou muito a criação do verde, principalmente em termos de praça. Chamo o André para dar maior detalhamento.

David Boal - Antes de passar a palavra para André, registro e agradeço a presença do vereador Paulo Cattapreta, recém reeleito. Parabéns, Paulo.

André – Meu nome é André. Sou urbanista e responsável pelo projeto que será apresentado. **Apresenta *slides* explicativos.** A área onde será implantado o loteamento teve bastante atividade agrícola. Por conta dessa atividade, o que se encontra são terrenos sem impedimentos ambientais. Nossa proposição é que as áreas verdes, que são importantes para a qualidade de vida das pessoas, sejam áreas centrais, de acesso de todos e criar grandes alamedas, embora o loteamento tenha apena 255 lotes. Outro conceito importante do projeto é a preocupação em criar situações em que a pessoa, dentro do loteamento, não possa dirigir em alta velocidade. A planta do empreendimento está aqui para que, se alguém tiver alguma pergunta, estou à disposição. Obrigado.

Poder Executivo

Jorge Ferraresi – morador do bairro – Meu nome é Jorge Ferraresi, do Shambala I. Gostaria de saber o tamanho dos lotes.

André – O menor lote tem 800m.

Eng. Nivaldo – Engenheiro Nivaldo, da SUMA. Boa noite a todos. André, gostaria que você falasse um pouquinho da área institucional: a localização dela; a acessibilidade e a questão de planimetria.

André – A área institucional ficou, de certa forma, isolada do empreendimento, o que eu acho um beneficio para o município, no caso, quando puder, se houver a implantação de qualquer equipamento importante, não acessa só os moradores desse empreendimento; pode atender à região.
A área tem uma topografia muito suave, como um todo, mas, especificamente a área institucional é consideravelmente plana. De frente para a avenida, há um lote para uma possível implantação de uma creche, de uma escola, enfim, de que a Prefeitura precisar, atendendo aos interesses da região.

José Roberto Prado Jr. (SUMA) - André, tenho uma dúvida. As áreas verdes do interior de cada quadra, na concepção do projeto, sai com drenagem por elas ou serão apenas áreas verdes?

André – A legislação municipal não permite que tenha uma extensão maior do que 150m. A princípio, o projeto consegue resolver as relações ao projeto de águas pluviais, de água, enfim, pelo encaminhamento natural da rua, sem a necessidade de usar esse espaço. Usualmente, os loteamentos têm vielas sanitárias de 3m. A ideia não é criar uma "vielinha", mas que as pessoas possam caminhar e usar para atravessar.
Pedro – morador do bairro – Sou Pedro, do Shambala I. Gostaria de fazer uma pergunta: estamos vendo um crescimento muito grande no bairro da Usina, com o Shambala I, Shambala II e III e esse projeto. Sabemos que a Estrada Hisaichi Takebayashi é uma estrada extremamente pequena e que não há infraestrutura alguma no bairro. A Prefeitura tem algum interesse de criar alguma infraestrutura, posto de saúde, policiamento, escola, iluminação? Estamos vendo esses condomínios saindo, mas é um bairro abandonado. Gostaria de saber se os senhores, com esse projeto maravilhoso, têm ideia de cobrar a Prefeitura, ou ela já tem planos de beneficiar essa área, que é tão abandonada?

Luiz Malpighi – Posto de saúde já tem, escola já tem, a infraestrutura do Usina realmente é muito boa. Devemos isso a alguns empreendedores que acreditaram nesse bairro e – um deles, inclusive, está aqui: Roberto Brito, do Shambala II – (inaudível).

Domingos – Gostaria de fazer uma pergunta para a equipe: implantado o loteamento, o gerenciamento será feito através de quê? Existe já uma previsão?

Luiz Malpighi – O gerenciamento é feito pela associação dos moradores.

André – Acho que não cabe a mim, mas vou tentar responder. De fato, se analisarmos que, quanto mais gente, maior a pressão, esse é um caminho. Cada vez mais essa região merece atenção.

David Boal – Realmente é um bairro que está sendo ocupado recentemente e é uma região muito extensa do município. No entendimento do governo, é uma área que compreende o bairro da Usina, Rio Abaixo, Ponte Alta, Laranjal... É uma região muito extensa e com muitos problemas. Esses problemas estão sendo solucionados a partir do momento em que houve a instalação desses loteamentos de nível muito elevado, que é o caso dos Shambalas, em uma parceria com a Administração, sem custo para o governo, os empreendedores estão fazendo a pavimentação da estrada. Com relação a iluminação, é um problema que a Prefeitura está resolvendo, mas quem faz a extensão da rede é a Elektro, quando há uma ocupação maior. Enquanto a ocupação é baixa, como no caso daquela região, que é das menos adensadas do município, a Prefeitura, com recurso do OP, está fazendo extensão de rede. Mas é algo muito caro: para se ter ideia, um poste tem um custo de dez mil reais e atende só trinta metros.

Armando – morador do bairro – Armando, Shambala. Infelizmente, vocês conseguiram dividir a cidade no meio e aquela estrada só ficou escura porque começou a ter muito movimento. Passou a ter um trânsito bem maior. Atibaia foi dividida pelo pedágio e passou a ter uso daquela estrada.

David Boal – Senhor Armando, vou tentar responder sua pergunta. Na verdade, o pedágio foi uma decisão do Governo do Estado e não foi compartilhada com a Prefeitura, pelo contrário, a Prefeitura sempre se manifestou contrária. Sabia que isso iria acontecer, que iria criar essa divisão no município, que só teve a perder com a instalação do pedágio. Houve muitas manifestações oficiais da Prefeitura contra a instalação; foi conversado com o governador – que na época era o Serra – com relação a isso, mostrando que, para o município de Atibaia, era extremamente inconveniente e, da mesma forma que a Prefeitura mostrou que a instalação da Fundação Casa em Atibaia seria nociva, o governador José Serra insistiu, dizendo que era decisão do Governo do Estado e seriam instalados a Fundação Casa, a cadeia feminina e o pedágio.
Vou pedir para que façamos a apresentação e os questionamentos com relação à implantação deste loteamento e depois conversamos sobre esses outros assuntos que são interesse de todos.

José Roberto (SUMA) – André, relacionado ao que ele comentou, a respeito dos serviços públicos, conforme for adensando a região, o posicionamento da área institucional de vocês é um ponto forte do projeto, ao meu ver, porque vai servir ao loteamento e ao restante da ocupação que vier ao entorno. Em uma das plantas que estão no processo, conseguimos uma projeção de um possível alargamento da estrada Hisaichi Takebayashi. Gostaria que falasse um pouco sobre isso.

André – A gente guardou a "cereja do bolo". Estamos prevendo o alargamento da Estrada Municipal Hisaichi Takebayashi com via dupla, canteiro central e com qualidade e capacidade de via maior do que até onde foi feito ali. A entrada do loteamento já está sendo pensada para que a implantação tenha menos conflito com a região. Foi também reservada uma área verde na borda, de forma que seja compartilhada com a avenida.

Roberto Brito – Meu nome é Roberto Brito, sou empreendedor na cidade dos loteamentos Shambalas e gostaria de fazer alguns comentários. Primeiramente quero parabenizar o André pelo projeto, que é muito bonito. Achei muito interessante; sou fã dessas avenidas largas, dessas áreas verdes bonitas e estamos sempre tentando fazer algo próximo do que você fez. Sei que o que vou comentar não tem nada a ver com o loteamento, em partes, mas acho é algo que podemos pensar. Quero aproveitar a presença do nosso ilustre vereador, meu amigo Paulo Cattapreta. Quando nós começamos a acreditar nessa região, o que vocês têm de asfalto ali não existia, era só barro. Tinha dificuldade para escoar a produção agrícola, ali no Horto Ivan era um barro só. A gente foi fazendo uma parceria com a Prefeitura, fizemos 5,5km de asfalto, aproximadamente e temos um compromisso de ajudar a asfaltar essa parte que falta para ligar ao Caetetuba. Também tenho um outro empreendimento que está saindo há 2km da cidade e algo que está me preocupando bastante – e acho que todos deveriam pensar sobre esse assunto – é que, quando a gente asfaltar aquela parte que falta ali, temos um "gargalo" na passagem da Fernão Dias, para ligar a cidade, no centro do Caetetuba, enfim, hoje já é bem tumultuado passar ali no começo da manhã e no final da tarde. Só para vocês terem uma ideia, nesse loteamento de que estou falando, nós teremos mais 570 lotes, onde vai ser o Shambala Eco II. Temos um projeto de construção de 450 casas e, já colado ao Caetetuba, mais 550 lotes. É uma área

Poder Executivo

extremamente residencial, e nós temos um problema com acesso no futuro, se a gente não tomar um cuidado com aquilo. Já escutamos dizer que estão querendo montar uma indústria ali perto, o que não deveria acontecer.
(inaudível).
Roberto Brito: Só queria fazer esse comentário e dizer para vocês que estão passando ali onde é terra, que daqui a pouco terá asfalto, porque nós vamos ajudar a asfaltar aquela área. Quero fazer apenas mais um comentário, que é interessante também: estamos com dificuldade de fazer fechamentos do loteamento, por conta de uma situação que teve com um promotor. Quero dizer para vocês que somos parceiros da comunidade. Todos que investem querem ganhar dinheiro, mas nós trazemos também alguns benefícios, como vocês ver que trouxemos alguma melhoria para o bairro. Nós, do Shambala III estamos fazendo um esforço para que se aprove uma estação de tratamento de esgoto, que, inclusive, pode ser usado por esse loteamento. **(inaudível).** Para demonstrar que a gente também pensa no bem-estar da cidade e estamos dispostos a colaborar com mais coisas também. Parabenizo você, mais uma vez, André, pelo projeto, que eu gostei muito.

Cid Granado – Qual é a proposta de pavimentação das ruas e o material construtivo?

André – Pavimento asfáltico.

Cid Granado – Por que não pensaram em um pavimento permeável, como bloquete? **(inaudível)**. E sobre proposta de lançamento de água?

André – Nós estamos no estágio inicial. Está separada uma região para a caixa d'água. Em razão da topografia, é o ponto mais alto para distribuição por gravidade, mas tudo isso será objeto de projeto específico, que será analisado pelos órgãos competentes.

Cid Granado – Mas eu acho que a resposta já pode ser dada agora. Qual é a proposta de abastecimento do empreendimento? Onde vão buscar água? De que manancial?

André – Isso é um tema de outra pasta, mas imagino que vão ser perfurados poços devidamente licenciados, e a distribuição será feita como acabei de falar. Porque o SAAE não tem rede lá para fornecer água, então só nos resta essa possibilidade, mas tudo vai ser feito dentro do que a legislação exigir.

Cid Granado – A proposta de esgotamento sanitário?

André – Estamos prevendo que a região onde terá um espelho d'água, próximo ao lago, será destinada à estação de tratamento de esgoto. (inaudível).

Roberto Brito – Só quero fazer uma observação para o André, a respeito disso. A estação de tratamento de esgoto que existe no Shambala II, hoje, é antiga, mas na época atendeu muito bem à população e ela tem um custo operacional por volta de doze mil reais. Hoje compramos uma estação que praticamente não tem custo. Para vocês também seria custo quase zero. Talvez seria bom você se acertar com o SAAE, com a Prefeitura para, ao invés de construir, comprar mais dois tubos, porque a nossa central já vai poder fazer isso e você vai poder bombear o seu esgoto para a nossa estação.

André – Acho muito bem-vinda sua sugestão e sua colocação. É claro que temos interesse, desde que seja possível achar um caminho junto à Prefeitura. Mas na pior das hipóteses, caso não consigamos fazer dessa forma, já prevemos tratar do problema que deve ser tratado como a legislação recomenda.

Cid Granado – Com relação à águas de chuva, embora haja a legislação municipal – que acho que foi muito bem aprovada, uma proposta do então vereador Paulo Cattapreta, não vejo até hoje a fiscalização do cumprimento da Lei n. 3.605 de 2007, que é o esgotamento da água de chuva no próprio terreno quando há impermeabilização de mais de 500m². O empreendedor tem proposta de, na averbação do loteamento, exigir que o morador tenha sistema de esgotamento das águas de chuva? Porque muitos loteamentos estão fazendo isso na averbação em cartório de registro. Essa proposta vai existir?
(inaudível)

André – Recentemente fizemos aprovação do empreendimento e queríamos implantar restrições maiores do que as do município e não nos foi permitido. O município não permitiu que adotássemos relações de recuo e ocupação um pouco mais restritiva do que o zoneamento da região.
O empreendedor tem interesse nessas restrições, até para poder ter o controle do padrão, porque valoriza a propriedade de todos, mas qualquer compromisso que possamos assumir nessa ordem nem sempre depende de nós.

José Roberto (SUMA) – A restrição urbanística do município que a gente pede para que siga, é com relação ao uso e ocupação do solo, e quem delibera sobre isso é o município. As restrições que forem complementares (sobre aquilo que o município não legisla) não há problema algum para implementar. A restrição de uso e ocupação do solo é pertinente ao município. Já há um zoneamento e um código que diz quais os recuos e taxas a serem seguidos. Além disso, coisas que o município não legisla - por exemplo: neste loteamento, todas as casas serão de tijolo a vista e telhado amarelo – pode estar na restrição do loteamento. Se existirão projetos obrigando cada adquirente do lote a construir uma cisterna para segurar sua água de chuva e impossibilitar uma contribuição maior na via pública, o município não se opõe, pois não legisla sobre isso.
(inaudível)

André – Aproveitando que essa é uma oportunidade de pensar na cidade para o futuro, como o Roberto falou, desses "gargalos". Hoje, o zoneamento, que é alvo de debates há muitos anos, acho que deveria ser pensado pela Prefeitura em rever essa questão, pois ali é uma região onde não é permitida a implantação de comércio. Se alguém quiser abrir uma padaria na estrada Hisaichi Takebayashi não vai poder, então o cidadão que quer comprar uma *pizza*, ir ao açougue, comprar um remédio, que é uma atividade usual, fica impedido... Aproveitando a presença do Paulo, é debate que tem que evoluir, porque, talvez, parte desse deslocamento possa ser resolvida com uma criação regional de algum setor que possa atender. Hoje a legislação não permite.
Na nossa implantação, havíamos pensado em propor uma área comercial, mas o zoneamento não permite. Então estamos tomando todos os cuidados para atender à legislação. Precisamos pensar a cidade como um todo, não, isoladamente, só o loteamento.

José Roberto (SUMA) – Acho a sua colocação perfeita. É uma sugestão para ser levada a sério, porque implica na alteração do zoneamento daquela região (transferir de uma ZR-2 para uma zona mista, por exemplo). Precisa ver como os moradores, de modo geral, vão receber isso (ter o comércio próximo às suas casas). Alguns gostam, outros não. Por isso tem que ser levado a discussão; teremos uma audiência pública dia 18, que vai tratar da revisão do código de urbanismo, então é uma hora de fazer uma indicação desse tipo. A ZR-2 permite usos comerciais 9 e 10, mas são usos comerciais muito pequenos e em empreendimentos muito pequenos é permitido o uso comercial em casa.
(inaudível).

André – No meu ponto de vista, acho que existe um corredor comercial e no corredor da estrada deveria haver um espaço em que pudesse caber esse tipo de empreendimento. Nós estamos falando de uma população maior do que 1.500 lotes (somados todos os Shambalas, Horto Ivan...) e que tem uma alta demanda, além da proximidade ao Centro Empresarial. Isso tem a ver com o zoneamento do município, que, na minha sugestão, deveria ser revisto como um todo.

José Roberto (SUMA) – Pode ser instituída uma área sujeita a regime específico, atribuindo um corredor para a Hisaichi Takebayashi e

Poder Executivo

determinar uso e ocupação mistos.
Pedro – morador do bairro – Essa proposta de vocês de discutir sobre o bairro é realmente muito interessante. Vemos um crescimento lá que realmente me preocupa. Quando aquela estrada tiver mais acesso, aquilo vai virar um inferno... Essa colocação sua também é muito pertinente. Além de a gente discutir todos esses projetos de loteamentos, devem vir as outras coisas (benfeitorias, infraestrutura...). **(inaudível).** Como fazemos para ser programada uma discussão ampla como essa?

José Roberto (SUMA) – Como eu disse, nós teremos uma audiência pública no dia 18, que vai tratar da revisão do Código de Urbanismo. É uma oportunidade para vocês tratarem dessa história oficialmente.
(inaudível).

André – O que precisa acontecer, nessas audiências públicas, para coleta desse tipo de subsídio, é um caso claro de que simples concessões não prejudiciais são bem-vindas. Até agora, nos últimos 12 anos, o que vêm acontecendo nas audiências públicas são colocações por parte dos profissionais, dos cidadãos, enfim, de todos, e o completo desprezo por parte de quem está elaborando a lei. Precisamos inverter essa lógica, pois estamos falando do dia a dia das pessoas e elas trazem suas necessidades.

José Roberto (SUMA) – André, acho importante dizer que a audiência pública vai ser realizada pela Câmara. O projeto já foi encaminhado e é de responsabilidade da Câmara. Com relação a atender ou não atender, durante a proposta de revisão do Código – posso dizer que fiz parte da comissão que estava analisando a última parte -, algumas ações foram feitas porque chegaram processos, encaminhados, inclusive, por associação de moradores locais, solicitando alterações de zoneamento e foram cumpridos. O Shangri-la é um exemplo que pediu alteração de zoneamento, porque estava havendo um parcelamento do solo incompatível com o padrão do loteamento que foi aprovado. De cara foi analisado, realmente estava incompatível e foi alterado o zoneamento. Nós tivemos uma audiência pública do *shopping* aqui e houve alguns questionamentos no dia... Teve alguma manifestação oficial nos cinco dias posteriores? Essa manifestação precisa também chegar da forma legal. Se chega um processo com a reivindicação de uma associação questionando e propondo, acredito que não tem porquê de não se avaliar e responder esse processo ou solicitação.
Acho importante frisar que a audiência não é do executivo, vai ser conduzida pelo legislativo.

Roberto Brito – Uma coisa que eu acho que para o André, que é urbanista, seria interessante pensar nesses loteamentos de alto padrão, é que, junto a esses loteamentos, tivesse algum lugar para abrigar empregados e funcionários. Não sei se a Prefeitura permite, ou não, fazer um loteamento onde pudesse abrigar essas pessoas. Não adianta querermos isolar o alto padrão, porque fica um inferno as estradas por causa do trânsito de funcionários que têm de chegar lá. Eles têm de trabalhar de alguma forma e é muito comum vermos movimentação intensa de funcionários. **(inaudível).**
Seria algo já para o Paulo ir pensando, inclusive, nessa revisão. Não sei como se pode colocar isso nessa região, mas seria interessante fazer algo assim. Aliás, bolsão de comércio, que estamos comentando aqui, não bolsão de indústria. Já existe um bolsão de comércio ali perto do restaurante Frango D'água e poderia ser mais incrementado. A Prefeitura poderia incentivar... Não está muito difícil melhorar aquela região.

André – Essa sua colocação, da questão dessa expansão, sempre no mesmo tamanho dos lotes – que, aliás, acho que é uma restrição da Lei Municipal. Isso, por mim, já foi muito criticado, porque, temos esse núcleo do Shambala, que tende a isso e nós temos alguns exemplos (Marerias...), onde aconteceu isso e é um pouco da característica de alguns governos. Tentam impôr pela lei. Maresias foi criada dessa forma: foi feito um loteamento lá com lotes maravilhosos frente à praia e os moradores, caseiros e funcionários não foram pensados. Hoje Maresias tem um grande problema de favelização, porque as coisas acabam acontecendo. Já estive aqui por várias vezes, em audiências públicas, questionando exatamente isso oito anos atrás, época em que se discutiu o Plano Diretor.
Desculpe, o Jr. Colocou que teve uma reivindicação que foi atendida, então precisa por em um quadro, porque é uma só. Esse tipo de colocação é completamente pertinente e, de fato, o Paulo e a equipe que vai assumir a gestão tem um trabalho enorme pela frente.

Paulo Catapreta – Meu nome é Paulo Catapreta, para quem não me conhece, sou vereador na atual legislatura, substituindo o Dedel, que foi cassado por infidelidade partidária, e em Janeiro assumo o meu mandato. Quero fazer algumas colocações. Em primeiro lugar, falar a respeito do pedágio: na época em que foi imposta a colocação do pedágio em Atibaia, nós tentamos de todas as formas na ARTESP, junto ao Governo do Estado e nunca fomos ouvidos, nem sequer recebidos. A questão do pedágio é "um pouquinho mais em cima", porque o José Serra, quando veio inaugurar 400 casas populares aqui, o Denig tentou conversar com ele a respeito disso e ele respondeu: "Sobre esse assunto eu não converso." Simplesmente. É o cara que está tentando ser o prefeito de São Paulo outra vez. Com relação a esse projeto, que seria para pessoas de menor poder aquisitivo, foi objeto de uma conversa que eu tive com meu amigo aqui ao lado, quando ele foi fazer a fazenda do porto, com a expansão urbana e, naquela época, eu falei que se eu estivesse como vereador na época que fosse aprovado o segundo loteamento do porto, eu iria exigir que se fizesse um loteamento nesses termos que o Roberto está falando, pois eu entendo que, todas as vezes que fazemos um loteamento grande, de potencial classe A/B, a classe C/D vai trabalhar lá e, se não pensar no futuro, vai "favelar" mesmo, como acontece com o porto hoje: quando chega lá, é um paraíso; mas até chegar lá temos muitos problemas. Assim é em todos os lugares. Tem que ser dada essa condição o mais rápido possível. Com relação ao aumento da via de acesso a esse loteamento – e, parabéns ao André por esse projeto, porque, pela primeira vez foi pensado em colocar a área institucional na beira do loteamento e ficou muito bom o projeto – **(inaudível).** Existe um projeto, que já foi solicitado anteriormente, à Rota das Bandeiras, para fazer uma praça de bloqueio (é um pedágio para quem quer passar por aquele local só para fugir do pedágio grande), que é possível ser feita à medida em que for implantada a nova via. Os moradores ficam isentos desse pedágio. Obrigado.

Roberto Brito – Algo para o ilustre Jr. já ir pensando, já que vai mexer no código de urbanismo. Algo que poderia ser feito é que, em cada loteamento de alto padrão que se instalasse em Atibaia, deveria ter uma área institucional e ter também um loteamento ou um pedaço com lotes com tamanhos pequenos, vendidos por um preço menor para que fosse atendido parte desses empregados que atendem ao loteamento. Como se tivesse uma chácara e uma casa de caseiro, para atender a essa população que vai morar lá futuramente. É algo em que poderia se pensar.

David Boal – Atualmente, acompanho o que está acontecendo em Londres ou Paris, todos os empreendimentos de alto padrão têm que reservar 20% da área, não para ter o funcionário perto dos patrões, mas para haver uma integração entre as classes sociais. Está havendo uma separação muito evidente de classe social e isso não é benéfico para o país. Nas grandes cidades da Europa estão resolvendo da seguinte forma: qualquer empreendimento, mesmo os de altíssimo padrão, tem que destinar 20% de área para pessoas mais simples poderem adquirir. Acho que isso é uma opção muito boa e deveria se começar a pensar para Atibaia.
(inaudível).

Roberto Brito – Eu acho que é algo interessante e para o Paulo e o Jr. pensarem também. No próximo loteamento que vamos fazer, estamos deixando um espaço no Shambala ECO I e ECO II para que, como aquecimento de água

Poder Executivo

seja usada a energia solar. Acho que já é lei em São Paulo isso, e deveria vir para Atibaia também. Vamos fazer também (isso deveria ser lei) coleta seletiva de lixo. Não é possível que hoje aprovem loteamentos como foram aprovados os nossos e estão sendo aprovados outros, onde a Prefeitura tem que ir buscar aqueles sacos de lixo jogados na porta e o cara só se preocupa que ele colocou no saco e daí para frente acha que a obrigação dele acabou. Acho isso algo ridículo e a Prefeitura deveria fazer uma lei: todo loteamento tem que fazer coleta seletiva de lixo. Loteamento não tem que produzir lixo, tem que produzir matéria-prima, porque a natureza não aguenta mais essa falta de consideração que temos por ela. **(inaudível).** O lixo de que estou falando é de separar papel e materiais recicláveis. **(inaudível).** Seria legal que isso fosse lei: todo loteamento deveria ser responsável pela separação do lixo. **(inaudível).**

Armando – morador do bairro – Nós estamos falando tanto que daqui a pouco não vai sobrar nada para a Prefeitura. Vamos distribuir entre todos que têm lote e teremos vereador próprio, presidente de cada loteamento. Pede luz, não pode; pede estrada, não dá. Vai acabar ficando tudo para nós.

Miguel Ângelo – morador do bairro – Miguel Ângelo, Shambala I, 55 anos, designer gráfico; torce para todos os times, enfim... Está ficando com a iniciativa privada o ônus de criar bairros com condição de moradia em uma classe tal e a Prefeitura, pelo que estou entendendo há uma certa resistência. Poxa, o pessoal está querendo investir na cidade, criar moradias, trazer pessoas formadoras de opinião e que tem um certo nível socieconômico e a gente está discutindo que a estrada é "fina", não dá para colocar o lixo... Não sei, mas acho que essa discussão está muito estranha... O André deve ficar muito chateado com isso, porque cria um projeto, ele e a equipe dele devem ter pensado "milhões" de horas em cima disso e, quando chega ao poder público, é: "Vamos ver... Calma..."... É como o Pedro falou, eu sou presidente do Shambala e a gente tenta fazer a coleta seletiva lá, aí vem alguém e fala: "Não tem onde colocar isso." Pelo amor de Deus... A gente está se matando aqui e dizem que o SAAE é que cuida disso, mas não tem um local... Cuida da coleta seletiva, mas quando você oferece a coleta seletiva, não sabem onde põem... É um absurdo isso. Talvez a minha indignação possa ser por duas coisas: por ignorância ou porque uma cidade como Atibaia, que é tida como detentora do segundo melhor clima do mundo, há menos de uma hora de São Paulo e nós chegamos aqui e ficamos discutindo coisas de cidadezinhas provincianas...

David Boal – Sobre a questão do lixo em Atibaia, estamos tentando até uma situação mais avançada do que as pessoas imaginam. Na verdade, todo o lixo da cidade é recolhido e levado para uma central de triagem; 100% dos sacos de lixos são abertos, passam por uma esteira e há uma cooperativa de recicladores. Para a Prefeitura, é quase indiferente se as pessoas fizerem uma separação ou não, uma vez que todo o lixo, necessariamente passa por essa central de triagem, onde é despejado em grandes esteiras, ficam os recicladores em volta e tudo o que é possível aproveitar é aproveitado. Por isso Atibaia tem um índice de aproveitamento maior do que a média. No Brasil, a média acho que é 6% e em Atibaia é reciclado 13% do lixo, que é um índice elevado para padrão nacional.
(inaudível). A prática em Atibaia era a mesma dos outros municípios: um grande lixão aberto, cheio de urubus, onde todo o lixo era jogado e coberto com terra.
(inaudível).

Roberto Brito – Aqui em Atibaia têm alguns locais que a Prefeitura fez para realizar a coleta de lixo, já separado. Então, ao invés de a Prefeitura deveria incentivar mais as pessoas a separarem, porque isso diminui o custo de vocês lá na usina de reciclagem, e aproveitar que poderia ser algo simples de fazer: aumentar o tamanho das caixas onde se jogam os lixos. **(inaudível).**

Valdomiro – morador Palavra da Vida – Meu nome é Valdomiro, sou do Palavra da Vida e sou presidente da associação dos moradores de lá. Fazemos uma campanha muito grande no bairro para selecionar o lixo, temos local próprio e um grande trabalho. Se não adianta, vamos parar de fazer isso, então, porque se é tudo misturado, não adianta perdermos tempo.

David Boal – Senhor Valdomiro, me expressei mal. Na verdade, o que acontece é o seguinte: todo lixo, é verdade, tanto faz se vier dos postos de lixos recicláveis, pois todos passam por essa central de triagem, mas, quanto mais seco estiver o lixo, mais aproveitável ele é. Então, na realidade, esse trabalho todo que as pessoas têm não é perdido, porque há um aproveitamento maior. O que eu quis dizer, é o seguinte: há uma preocupação ecológica grande no município, porque tem essa central de triagem, o que é algo raro no Brasil. Realmente tentamos aproveitar o máximo. Essa sujeira que tem nos postos de material reciclável, na verdade, o que acontece é o seguinte: as pessoas dividem os lixos e colocam os sacos dentro desses postos, só que existem esses catadores autônomos (não são da cooperativa de reciclagem), que entram nos pontos, rasgam os sacos, jogam todo o lixo para fora, separam o que é mais rentável para eles e deixam aquela sujeira toda.

Valdomiro – morador da Palavra da Vida – Acho que a Prefeitura tem que definir se é bom ou não e incentivar o que é melhor. Porque ficar nessa que pode estar tudo misturado, que não vai mudar nada se separar, desestimula quem está preocupado com isso. É melhor definir bem isso.

David Boal – Acredito que no Palavra da Vida, uma vez por semana, tenha a coleta seletiva – que é feita pelos caminhões do SAAE.

Waldomiro – morador da Palavra da Vida – Sim, mas, se vai misturar tudo, nós vamos parar, porque é um trabalho enorme que nós temos lá.

David Boal – O que eu estou falando é que há um aproveitamento maior e nós agradecemos a preocupação das pessoas em fazer essa separação.
As audiências públicas têm 2h de duração; nós temos mais 10 minutos para quem quiser fazer mais alguma pergunta. Se houver possibilidade de retomarmos o tema, que é o empreendimento, agradeço.

Hélcio – Sou Hélcio, da Contersil. Como é a topografia da região e as extensões das ruas, em metros?

André – Em relação a metragem, desculpe-me, mas não sei responder para o senhor. A topografia não é plana, mas é muito suave. Creio que não haja nenhuma área com inclinação maior que 10%.

Hélcio – E a área total?

André – São 397.000m². Em percentuais, se não me engano são 16% de área de arruamento, embora tenhamos previsto calçadas com até 4,5m de largura e elas entrem nesse coeficiente, e o restante está compensado em área verde, que é o que a lei determina.

Hélcio – Ok, obrigado.

David Boal – Quero lembrar que o processo inteiro, até a divulgação da ATA – que será publicada na Imprensa Oficial -, será encontrado na Ouvidoria Geral do Município, para quaisquer dúvidas, análises e, se houver alguma opinião – sobre o processo – ou algum parecer contrário que não tenha sido manifestado em audiência, pode ser feito por escrito e será anexado à ATA.
Mais algum questionamento?
(inaudível).

André – Na borda tem área verde e, provavelmente as pessoas que têm os lotes de frente vão fazer seus muros no fundo, que é um direito deles.
Quero fazer um comentário: ainda bem que confirmamos (a audiência), porque foi um debate intenso. Algumas pessoas acabaram chegando um pouco atrasadas, mas foi válido.

Poder Executivo

(inaudível).

David Boal – Mais alguém?
Cid Granado – Tem uma colocação que o André fez no começo: a audiência pública não é deliberativa, é consultiva. E as indicações e sugestões que são feitas, quando não admitidas, quem questionou deveria ser respondido (por que a prefeitura não seguiu o que foi sugerido?). Porque, de que adianta fazer audiência pública e falar e sugerir um monte de coisa, se depois será aprovado em completa discordância com o que você sugeriu e não haverá uma resposta para saber porque não foi acatado?
(inaudível).

André – Também entendo que, por parte da Prefeitura tem que se cumprir a lei, antes de tudo.

Cid Granado – Se você sugere alguma coisa que não cabe na lei, a Prefeitura tem que responder: "Sua sugestão não foi adotada, porque fere a lei tal, dispositivo tal..."...
(inaudível).
Sobre habitação para o pessoas do serviço terciário: isso acabou quando as indústrias deixaram de fazer as vilas operárias – para ter seus funcionários próximos ao estabelecimento – e acabou gerando um afastamento social.

André – Para completar o seu comentário, não tenho uma visão de vila operária. Concordo mais com o David, porque acho que essa miscigenação é favorável a todos. Nos empreendimentos que têm um desenho urbano de qualidade, caberiam lotes... **(inaudível).**

Cid Granado – É aquela história... cada vez mais segregamos a camada baixa da sociedade e o serviço terciário.
(inaudível).

Não identificado – Para encerrar esse assunto, quero dizer que não somos nós que não nos misturamos com. O pessoal também não iria conviver bem em um lugar como esse, então qualquer coisa que vocês queiram fazer relacionado a isso não vai funcionar. O que funciona ali e em qualquer bairro, é colocar boa condução, porque, por exemplo no Usina não tem ônibus. Se der condição de moradia e escola ali perto, saúde boa e ônibus, o pessoal vai ficar muito mais contente do que hoje. Acho que é até uma utopia falar sobre esse assunto, mas o que está ao alcance da gente é falar com a viação para disponibilizar mais ônibus, porque é um absurdo: um ônibus de manhã, um à tarde e um à noite. **(inaudível).** Obrigado.

David Boal – Acredito que a preocupação do Cid é pertinente com relação a ter um debate com pouca gente, mas acabou não acontecendo isso. Acredito que foi um debate produtivo. Em nome da Administração, agradeço a presença de todos. Boa noite.

David da Cunha Boal Jr – Ouvidor e Coordenador Geral das Audiências Públicas do Município da Estância de Atibaia

(Proc. Nº 1.699/69)

D E C R E T O N° 6.861
de 22 de outubro de 2012

Dispõe sobre suplementação de verba.

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, usando de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei nº 3.831, de 21 de dezembro de 2009, em seu artigo 5º, combinado com o artigo 7º da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964,

DECRETA

Artigo 1º Fica aberto na seção de Contabilidade, da Companhia dee Saneamento Ambiental de Atibaia-SAAE, um crédito suplementar de R$ 573.998,00 (quinhentos e setenta e três mil, novecentos e noventa e oito reais), destinado ao reforço das seguintes rubricas do Orçamento vigente:

17 – SANEAMENTO

ADMINISTRAÇÃO DO SAAE – DIRETORIAS
03.40.10.17.512.0091.1.140 - 33903600 - Outros Serviços de Terceiros-PF .....R$ 40.000,00
03.40.10.17.512.0091.2.140 - 33904700 - Obrigações Tributárias e Contributivas .....R$ 533.998,00

Artigo 2º O valor do presente crédito será coberto com recursos oriundos de Anulação Parcial de Dotação

17 – SANEAMENTO
DIRETORIA TÉCNICA – ÁGUA PARA TODOS
03.40.40.17.512.0094.1.101-44905100 – Obras e Instalações .....R$ 340.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA
03.40.10.99.999.9999.9.999-99999900 – Reserva de Contingência.....R$ 233.998,00

Artigo 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, PALÁCIO "JERÔNIMO DE CAMARGO", aos 22 de outubro de 2012.

- José Bernardo Denig -
PREFEITO MUNICIPAL

- Márcia Cavazana Nogueira -
SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE ATIBAIA-SAAE

Publicado e Arquivado na Secretaria de Governo, na data supra.

- Wilson de Paula Filho –
SECRETÁRIO DE GOVERNO

Proc. nº. 14.005/09

DECRETO Nº 6.862
de 22 de outubro de 2012

Dispõe sobre a nomeação do Conselho Gestor do Centro Comunitário "Antonio Benjamim Pinheiro", localizado no Jardim Imperial, neste Município, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 73, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Conselho Gestor do Centro Comunitário "Antonio Benjamim Pinheiro", localizado no Jardim Imperial, composto pelos seguintes membros:

JOSÉ NILTON DA SILVA
RG 17.613.308
Representante da Associação de Amigos do Bairro Jardim Imperial

JOSÉ RAIMUNDO FEITOSA DA SILVA
RG 13.003.173
Representante da Associação Comunitária de Desenvolvimento Social e Cultural de Atibaia

MARIA TEREZINHA RIBEIRO TADEU
RG 25.342.017
Representante do Conselho da Saúde Local

MARIA SOCORRO COSTA MENEZES
RG 11.022.925
Representante do Grupo de Idosos Grupo Bem Estar

DENILSON ALVES DE MELO
RG 53.444.484-2
Representante da APA – Associação Paradesportiva de Atibaia

Poder Executivo

Art. 2º Compete ao Conselho Gestor, quanto ao uso do Centro Comunitário mencionado no Art. 1º, entre outras atribuições:

I - responsabilizar-se pelo agendamento das atividades e eventos que serão nele realizados;

II - zelar pela manutenção e conservação de suas instalações e equipamentos, acionando a Secretária de Administração, ou a comunidade local, para eventuais reparos que se façam necessários;

III - fazer com que os usuários assinem em termo de responsabilidade, comprometendo-se a devolvê-lo na forma recebida, e fiscalizar o seu cumprimento; e

IV - apresentar trimestralmente, à Coordenadoria Especial de Cidadania, um relatório das atividades e eventos desenvolvidos.

Art. 3º Os casos omissos, não previstos neste Decreto serão resolvidos pelo Conselho Gestor, o qual poderá se necessário, reporta-se à Coordenadoria Especial de Cidadania responsável pela organização e acompanhamento dos Conselhos Gestores dos Centros Comunitários do Município de Atibaia, ou ao Gabinete do Prefeito.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, o Decreto 5.878, de 02 de abril de 2009.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, PALÁCIO "JERÔNIMO DE CAMARGO", aos 22 de outubro de 2012.

- José Bernardo Denig -
PREFEITO MUNICIPAL

- Maria Letícia Martins Rossi -
COORDENADORA ESPECIAL DE CIDADANIA

Publicado e Arquivado na Secretaria de Governo, na data supra.

- Wilson de Paula Filho -
SECRETÁRIO DE GOVERNO

PORTARIA Nº 1.290/2012 - SRH.

O PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 73, inciso IX, c.c. art. 101, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica do Município, resolve

DESIGNAR, ***a Título de Substituição***

Por motivo de férias do titular, no período de 18/10/2012 a 01/11/2012, a Sra. **ANDREA GONCALVES DO CARMO ANDRADE**, portadora da cédula de identidade RG nº 20.567.390-9 e inscrita no CPF/MF sob o nº 133.285.128-29, contratada sob os regimentos da CLT no emprego de Assistente Especial em Serviços de Gestão, para exercer, em confiança, a função gratificada de **Supervisor de Pessoal**, na Secretaria de Recursos Humanos.

Publique-se

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, ***Palácio "Jerônimo de Camargo"***, aos 22 de outubro de 2012.

- José Bernardo Denig -
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE RETIFICAÇÃO
(REF. CONCURSO PÚBLICO N° 002/2012)

O Prefeito Municipal da Estância de Atibaia torna pública a **RETIFICAÇÃO** do Edital de Abertura de Inscrições, para declarar que:

1) **o item 2., do Capítulo I**, passa a ter a seguinte redação:

2. O emprego, área, número de vagas, salário, jornada de trabalho e requisitos exigidos são os estabelecidos na tabela que segue:

Emprego	Área	Número de Vagas	Vencimentos (por plantão)	Jornada de Trabalho (Plantão)	Requisitos
Médico Socorrista	Saúde - SAMU	10	R$ 855,96	12 horas	Ensino Superior Completo em Medicina, com registro no órgão de classe - CRM

2) **o item 2.3., do Capítulo V**, passa a ter a seguinte redação:

2.3. A pontuação máxima dos títulos será de 10 (dez) pontos.

Ficam mantidas todas as demais disposições constantes do Edital de Concurso Público publicado em 20.10.2012.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.

Atibaia, 22 de outubro de 2012.

José Bernardo Denig
Prefeito Municipal

RECEITAS E DESPESAS DO ENSINO - PUBLICAÇÃO (ARTIGO 256 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL)

MUNICÍPIO: ATIBAIA **PERÍODO:** 3º TRIMESTRE **EXERCÍCIO:** 2012

RECEITAS ARRECADADAS	Acumulado
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	36.584.805,86
Imposto s/ Transmissão de Bens Imóveis	6.424.992,33
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	21.364.338,50
Imposto de Renda Retido na Fonte	4.791.054,21
Dívida Ativa de Impostos	2.629.845,54
Atualização de Dívida Ativa de Impostos	1.896.867,47
Multa/Juros provenientes de impostos	0,00
Fundo de Participação dos Municípios	23.141.733,95
Imposto Territorial Rural	25.567,24
Desoneração de Exportações (LC-87/96)	255.555,36
Imposto s/ Circ. de Mercadorias e Serviços	49.579.799,10
Imposto s/ Propriedade de Veículo Automotor	20.470.490,84
Imposto s/ Produto Industrial s/ Exportação	311.879,37
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	**167.476.929,77**
QSE, Convênios e Outros Recursos Adicionais	6.835.707,99
Rendimentos de Aplicação Financeira - Conta LDB e Adicionais	410.041,42
Recursos de Operações de Crédito	0,00
Recursos recebidos do FUNDEB	27.725.276,78
Rendimentos de Aplicação Financeira do FUNDEB	286.833,83
TOTAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	**35.257.860,02**
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	**202.734.789,79**

DESPESAS DO ENSINO		Acumulado
12.122 - Administração Geral da Secretaria da Educação		0,00
12.361 - Ensino Fundamental		25.822.324,21
12.365 - Educação Infantil		7.292.375,06
12.366 - Educação de Jovens e Adultos		186.678,89
12.367 - Educação Especial		325.290,63
(=)	**Total da Despesa do Ensino**	**33.626.668,79**
(-)	Despesas c/ Recursos do QSE, Convênios e Outros	10.912.280,78
(-)	Despesas c/ Rendimentos de Aplicações - Conta LDB	0,00
(-)	Despesas c/ Recursos de Operações de Crédito	0,00
(=)	**Total da Despesa com Recursos Próprios**	**22.714.388,01**
(+)	Depesas realizadas com Recursos do FUNDEB	25.709.316,13
(+)	Valor Efetivamente Retido ao FUNDEB	0,00
(-)	Parcela Empenhada do Ganho Líquido - FUNDEB	7.014.687,36
(=)	**TOTAL APLICADO NO ENSINO**	**41.409.016,78**
	APLICAÇÃO NO ENSINO (ART. 212 CF)	**24,73%**
FUNDEB		
	Aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB	**92,80%**
	Aplicação nos profissionais do Magistério - FUNDEB	**70,46%**
REPASSES À CONTA DO ENSINO - ART.69,§5º,LEI 9.394/96		**22.878.259,18**

José Bernardo Denig
Prefeito Municipal

Iete Rodrigues Reis
Secretário da Educação

Roberto Rolli
Secret. Planej. e Finanças

Rita de Cássia G. Martins
Secret. Adj. Planej. Finanças